



Espanha e a África Lusófona

No âmbito da sua estratégia de actuação, a Cooperação Espanhola através da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) definiu um conjunto de prioridades geográficas. Estas prioridades encontram-se reflectidas no Plano Director da Cooperação Espanhola para o período 2009-2012, onde se estabelecem critérios de eficácia baseados nos indicadores de desenvolvimento. [Pag 2/7](#)

Escola Portuguesa em Cabo Verde

A Embaixada de Portugal em Cabo Verde tem intensificado os contactos para, junto com a sociedade civil, procurar apoiar a abertura de uma Escola Portuguesa na Cidade da Praia. Segundo a Embaixadora de Portugal na capital cabo-verdiana, Graça Guimarães Andresen, a abertura de um estabelecimento de ensino em Cabo Verde tem merecido toda a atenção e apoio da missão diplomática portuguesa, mas apenas no quadro daquela que pode ser a sua intervenção. [Pag 7/8](#)

Parque Nacional da Gorongosa

Com vista recuperar o estatuto de um dos melhores parques africanos, o governo de Moçambique apoiou a iniciativa da National Geographic de produzir um documentário sobre o Parque Nacional da Gorongosa (PNG). [Pag 8](#)

José Eduardo dos Santos Reeito Líder do MPLA

O MPLA realizou em Dezembro de 2009 o seu VI Congresso ordinário, em Luanda sob o lema "MPLA - A Certeza de um Futuro Melhor", reelegendo como líder José Eduardo dos Santos para um novo mandato de cinco anos. [Pag 8](#)

Português em Cátedra Africana

A Universidade Eduardo Mondlane (UEM) apresentou publicamente, no passado dia 9 de Dezembro, a primeira cátedra africana de Português, Língua Não Materna. [Pag 8](#)

Moçambique será um Celeiro para a China

A China será um dos grandes beneficiários dos trabalhos que estão a ser desenvolvidos no Centro de Tecnologia Agrícola, o qual abrirá ao longo de 2010 em Moçambique. [Pag 9](#)

Referendo no Sul do Sudão

O Sul do Sudão tem o caminho aberto para se tornar, num futuro próximo, num país independente. Após duas décadas separados pela guerra civil e uma paz tensa nos últimos quatro anos, o Presidente sudanês, Omar al-Bashir, e o líder da região autónoma do sul, Salva Kiir Mayardit, chegaram a acordo, em Dezembro passado, para realizar um referendo à independência em 2011, um ano após as eleições presidenciais. [Pag 9](#)

As Alterações Climáticas e África

Realizou-se sob os auspícios das Nações Unidas, em Copenhaga, em Dezembro de 2009, a XV Conferência das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (COP15). O interesse que este encontro despertou ficou patente não só pelo envolvimento da sociedade civil de vários países, como também pela presença de 110 Chefes de Estados e de Governo. [Pag 9/10](#)

Novo Governo Moçambicano

O candidato da FRELIMO, Armando Guebuza, reeleito para o cargo de Presidente da República de Moçambique nas eleições de 28 de Outubro, tomou posse a 12 de Janeiro. Deste modo, Armando Guebuza assumiu o poder para um novo mandato dois dias depois dos deputados do Parlamento terem sido empossados. [Pag 11/12](#)

União Africana Prolonga Missão na Somália

A União Africana decidiu prolongar, por mais seis meses, o mandato da sua missão de paz na Somália, cuja força (AMISOM) inclui mais de 5 mil soldados, divididos por seis batalhões, oriundos do Uganda e do Burundi. [Pag 12](#)

Espanha e África Lusófona

No âmbito da sua estratégia de actuação, a Cooperação Espanhola através da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) definiu um conjunto de prioridades geográficas. Estas prioridades encontram-se reflectidas no Plano Director da Cooperação Espanhola para o período 2009-2012¹, onde se estabelecem critérios de eficácia baseados nos indicadores de desenvolvimento. Em função destes critérios foram estabelecidos três categorias de associação com os países alvo da Cooperação Espanhola:

Grupo A – Associação Ampla: Com os Países Menos Desenvolvidos de Baixo Rendimento onde existem oportunidades para se estabelecer um quadro de parceria de longo prazo, baseada nos princípios da eficácia da ajuda, permitindo a canalização de grandes volumes de ajuda pública ao desenvolvimento e o uso de uma ampla gama de instrumentos.

Lista das Prioridades Geográficas no Grupo A

América Latina	Honduras, Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Haiti, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador e República Dominicana
Magrebe e Médio Oriente	Marrocos, Mauritânia, Argélia, Território Palestino e Povo Sarauí
África Subsaariana	Etiópia, Mali, Moçambique, Senegal, Cabo Verde e Níger
Ásia e Pacífico	Filipinas e Vietname

Grupo B – Associação Focalizada: Com os Países Menos Desenvolvidos de Baixo Rendimento. Nestes Países não é possível uma associação mais ampla, estando a actuação da Cooperação Espanhola centrada em um ou dois sectores - chave, mas sob uma abordagem única, identificados em conjunto com o país parceiro e com o uso selectivo de instrumentos de cooperação.

Lista das Prioridades Geográficas no Grupo B

América Latina	Colômbia
Médio Oriente	Iraque e Líbano
África Subsaariana	Guiné Equatorial, Sudão, Guiné-Bissau, Gâmbia, Angola e República Democrática do Congo e Guiné Conacri
Ásia e Pacífico	Timor Leste, Afeganistão, Camboja e Bangladesh

Grupo C – Associação com Países de Rendimento Médio: Esta categoria inclui os Países de Rendimento Médio em que presença da Cooperação Espanhola, juntamente com o potencial do país como um parceiro de desenvolvimento, permite o estabelecimento de estratégias de parceria específicas.

Lista das Prioridades Geográficas no Grupo C

América Latina	Costa Rica, Brasil, México, Venezuela, Panamá, Argentina, Uruguai, Cuba
Médio Oriente	Síria, Tunísia, Egipto e Jordânia
África Subsaariana	Namíbia

No que diz respeito a África, a Cooperação Espanhola lançou oficialmente, a 25 de Maio de 2009, o Plano África para 2009-2012, o qual visa reforçar a cooperação entre a Espanha e a África, em questões como imigração e desenvolvimento. No âmbito deste Plano, o Governo espanhol destaca as intervenções no apoio ao processo de consolidação da democracia e à construção da paz e da segurança, na contribuição na luta contra a pobreza, promoção do comércio e do investimento entre a Espanha e a África e no desenvolvimento económico Africano.

Para a Espanha, o envolvimento com o Continente Africano faz parte de um processo crescente, sendo que, a partir de 2007, este envolvimento conheceu um forte impulso. Em 2007 foram atribuídos 1.190 milhões de euros para África (40% da APD) e foram abertas seis novas embaixadas. O Governo de Madrid desenvolveu este projecto

¹ Plano África 2009-2012. Direcção Geral de Política Externa para África – Ministério dos Assuntos Exteriores e Cooperação.

em estreita colaboração entre todos os seus Ministérios Sectoriais, representantes da sociedade civil e da cooperação do sector privado e descentralizada.

O Plano Director da Cooperação Espanhola adquire especial importância no primeiro semestre de 2010 devido à Presidência espanhola da União Europeia, a qual é vista como uma oportunidade para aprofundar as relações entre os dois continentes.

No âmbito deste Plano, o Governo aprovou a concessão de uma linha de financiamento no montante de 70 milhões de euros no âmbito do Fundo de Assistência ao Desenvolvimento. Os projectos financiados serão determinados entre os Governos dos países beneficiários e Espanha e será dada uma atenção especial às infraestruturas de transportes, energia (electrificação rural e energias renováveis) e ambiente (esgotos, tratamento de água).

O Plano África 2009-2012 marca uma linha geral de continuidade em relação aos objectivos apresentados no Plano anterior, reestruturando e sistematizando, ao mesmo tempo, alguns dos conteúdos, de acordo com a evolução do contexto internacional, da própria experiência e das lições retiradas durante os últimos anos. Neste quadro, devem ser também considerados dois argumentos fundamentais. Por um lado, a importância de que as linhas de acção contribuam eficazmente para o cumprimento dos objectivos; por outro, a necessidade de identificar e promover as inter-relações existentes entre objectivos.

No Plano 2009-2012, foram estabelecidos três objectivos transversais:

- Direitos Humanos;
- Igualdade de Género;
- Sustentabilidade Ambiental e adaptação às alterações climáticas;

E, ainda, mais seis objectivos gerais:

- **Objectivo 1:** Apoio aos processos de consolidação da democracia e da construção da paz e da segurança em África;
- **Objectivo 2:** Contribuição na luta contra a pobreza em África;
- **Objectivo 3:** Promoção das relações comerciais e de investimento entre Espanha e África, e do desenvolvimento económico africano;

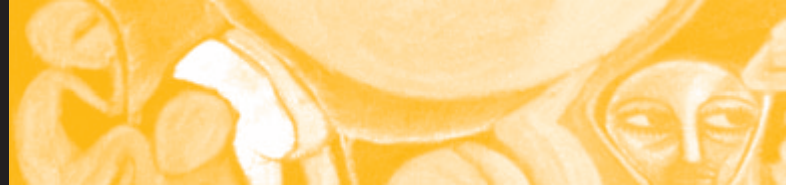
- **Objectivo 4:** Consolidação da associação com África em matéria migratória;
- **Objectivo 5:** Reforço da relação Espanha-África pela via multilateral e da União Europeia;
- **Objectivo 6:** Consolidação da presença política e institucional espanhola em África. Casa África e outras formas de diplomacia.

No que diz respeito às relações entre a Espanha e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, elas têm-se aprofundado nos últimos anos.

Espanha comemorou, em 2009, o trigésimo aniversário da abertura da sua Embaixada em Luanda. Angola é um dos países onde há mais cooperantes espanhóis. A actuação da Cooperação Espanhola está concentrada nos sectores da saúde, educação, desenvolvimento integral e segurança alimentar.

Principais acções previstas no quadro do Plano África 2009-2012:

- No plano das relações bilaterais, manter-se-á uma intensa agenda política que incluirá visitas e viagens a todos os níveis e que permitirá avançar na colaboração em áreas de interesse comum;
- Espanha continuará a estar comprometida no fortalecimento das instituições democráticas e da estabilidade no país. O impulso para a criação de uma sociedade civil e para a intensificação dos programas e convenções de cooperação em questões de segurança e justiça serão outros âmbitos de acção prioritários durante o período de execução do Plano;
- A VII Comissão Mista de Cooperação, que teve lugar em 2009, assinalou os sectores e as acções de cooperação para os próximos anos, as quais privilegiarão o reforço institucional;
- Será fomentado o apoio às actividades empresariais através da participação e do investimento espanhol em sectores emergentes no país, como a construção e os serviços. Outra importante linha de acção será a consolidação do investimento espanhol nos sectores tradicionais de cooperação empresarial, como as pescas ou os hidrocarbonetos. O Gabinete Comercial e o Instituto Espanhol de Comércio Externo (ICEX) continuará a efectuar um trabalho



muito importante para dar a conhecer as oportunidades e os riscos em Angola e incentivar a participação das empresas espanholas nas feiras especializadas que tenham lugar neste país;

- Reforço das acções de cooperação cultural, através da Oficina Técnica de Cooperação (OTC) com a continuidade das “Semanas da Cultura Espanhola”, assim como a participação em seminários, exposições e outras actividades de expressão cultural organizadas pela Casa África e pela cooperação espanhola;

A afinidade cultural e a proximidade linguística permitirão a realização de actividades de fomento da língua espanhola.

As relações entre Espanha e Cabo Verde são próximas, tendo sido reforçadas, nos últimos anos, com a abertura da Embaixada espanhola, na Cidade da Praia (2007) e com a decisão recíproca do Governo cabo-verdiano de abrir uma Missão permanente em Madrid. Nesse contexto, tiveram lugar importantes visitas institucionais.

Na área da cooperação entre ambos os países, foi assinado um Acordo-Quadro de Cooperação em Matéria Migratória; um Memorando de Entendimento Político; três acordos em matéria de cooperação judicial internacional; um Memorando de Entendimento de Vigilância Conjunta de Espaços Marítimos e a II Comissão Hispano-Cabo-Verdiana de Defesa em 2008, que permitem comprovar o elevado nível de cooperação bilateral.

A realização da IV Comissão Mista, em 2007, aumentou, de forma significativa, a ajuda ao desenvolvimento destinada a Cabo Verde, ao atribuir um orçamento de 27 milhões de euros para o período de 2007-2009. A fim de reforçar o acompanhamento e a execução da cooperação, foi criado o Gabinete Técnico de Cooperação. Espanha começou também a dar apoio orçamental directo ao sector ambiental e à ajuda à recuperação do património artístico e cultural de Cabo Verde, através do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Cidade Velha, o projecto por excelência da Cooperação Espanhola nesse país. O objectivo deste plano é, além da reabilitação do património histórico e cultural, servir de motor para dinamizar a vida económica e cultural e fomentar o turismo. Espanha colaborou, também, com Cabo Verde na apresentação da candidatura da Cidade Velha a Património Mundial da UNESCO.

Espanha deu o seu apoio ao anseio de Cabo Verde de conseguir alcançar uma relação mais estreita com a UE, colaboração que ficou evidenciada no estabelecimento de uma “Parceria Especial”, aprovada pelo Conselho de Ministros da UE, em 2007.

O Acordo de Pescas UE-Cabo Verde, que entrou em vigor no dia 1 de Julho de 2001, com uma contrapartida anual de 680.000 euros, foi prorrogado até 2012. Ao longo dos próximos anos, serão organizadas comissões mistas ao abrigo do referido acordo.

Principais acções previstas no quadro do Plano África 2009 - 2012:

- Será desenvolvido o protocolo financeiro assinado por Espanha e Cabo Verde, que contempla a concessão de ajudas para projectos em infra-estruturas, no valor de 53 milhões de euros, para os dois próximos anos, com base nas propostas apresentadas por Cabo Verde;
- Manter-se-á a cooperação na luta contra a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos, no âmbito militar, detalhada no Acordo de Vigilância Aero-Marítima conjunta;
- Na área da Justiça, pretende-se avançar com a formação, através da criação do Centro de Formação Contínua e Documentação, na Cidade da Praia;
- No que respeita à cooperação em matéria de pescas, promover-se-á a troca de experiências entre as indústrias das pescas dos dois países e a formação, em termos de controlo e de certificação, dos produtos pesqueiros;
- Será incentivada a presença de empresas espanholas nos sectores do turismo e das pescas, assim como noutras linhas de investimento nas quais Espanha e Cabo Verde possam estar interessadas;
- Espanha inaugurou, em 2009, a Escola-Oficina em Santo Antão, com financiamento da AECID e do Ministério do Trabalho e Imigração;
- Procedeu-se à abertura, em 2009, de uma Casa das Canárias, na Cidade da Praia.

As relações bilaterais entre a Espanha e a Guiné-Bissau são satisfatórias e foram estimuladas com a abertura da Embaixada de Espanha em Bissau. Na área da cooperação para o desenvolvimento, após a realização



I Comissão Mista, em Julho de 2007, Espanha comprometeu-se a conceder uma ajuda de 15 milhões de euros para o triénio 2007-2009.

No que se refere à questão migratória, foi assinado um Acordo-Quadro de Cooperação Migratória, em 2008. Ao mesmo tempo, foi concluído um Memorando de Entendimento para a vigilância dos espaços marítimos e aéreos da Guiné-Bissau e foi impulsionada a extensão para as costas guineenses do dispositivo FRONTEX que, em Fevereiro de 2009, foi completado com o SEAHORSE.

Principais acções previstas no quadro do Plano África 2009- 2012:

- Manter-se-á o nível de contactos políticos com vista a aprofundar as relações bilaterais;
- Espanha continuará a colaborar com a Guiné-Bissau em matéria de segurança, reforçando os programas de luta contra o tráfico de drogas, de seres humanos e outros tráficos ilícitos;
- O Ministério da Justiça espanhol destinará um orçamento para actividades no sector da Justiça na Guiné-Bissau;
- Espanha promoverá as relações económicas bilaterais com a Guiné-Bissau, partilhando interesses em sectores como as pescas, o turismo ou as infra-estruturas dos transportes e energia. Espanha estudará ainda possíveis fórmulas, tanto bilaterais como multilaterais, para impulsionar projectos de infra-estruturas, como o eixo rodoviário norte-sul (será financiado um estudo de viabilidade em sete estradas do sul do país) ou a modernização de portos, os quais permitirão dinamizar a economia e captar outros investimentos;
- Nos próximos anos, pretende-se desenvolver o acordo de colaboração assinado em 2008 para o sector pesqueiro. Neste contexto, o Governo espanhol enviará o navio oceanográfico Vizconde de Eza, no intuito de apoiar o Ministério das Pescas da Guiné-Bissau no conhecimento e na gestão sustentável dos seus recursos pesqueiros. Igualmente, terá lugar um intercâmbio tecnológico através de programas de capacitação, de assistência e de estágios especializados para funcionários, pescadores e aquicultores guineenses;
- Em termos de migração, foi implementado o projecto de construção de uma Escola-Oficina, em Mansoa.

Nos últimos anos, os fundos da AECID duplicaram, sendo Moçambique um dos países da África Subsaariana que mais fundos recebeu, e verificando-se um elevado grau de cumprimento da VI Comissão Mista (2005-2008), na qual se inclui o compromisso da ajuda não reembolsável de 60 milhões de euros. A contribuição de Espanha tem vindo a canalizar-se, progressivamente, através dos novos instrumentos de cooperação, como o apoio orçamental geral e sectorial (na saúde e educação), representando, em 2008, cerca de 40% do total da ajuda. O apoio a ONG continua a representar, com cerca de 45%, o principal receptor de financiamento da AECID.

A importância da Cooperação Espanhola na área da saúde em Moçambique, nomeadamente no Centro de Investigação em Saúde, foi reconhecida através da atribuição, em 2008, do Prémio Príncipe das Astúrias em Cooperação. Este é um Centro de Investigação da malária, liderado pelo Hospital Clinic de Barcelona, que, em conjunto com o Ministério da Saúde de Moçambique e com a Universidade Eduardo Mondlane de Maputo, e contando com o financiamento espanhol, desenvolve um trabalho de investigação de destaque.

No quadro do Fundo Espanha - PNUD para o cumprimento dos ODM, importa realçar a aprovação de um projecto de luta contra as alterações climáticas em Moçambique (7 milhões de dólares), um projecto para a promoção de indústrias criativas culturais (5 milhões de dólares), e mais uma verba para a reforma "Una ONU", de 4 milhões de dólares. O carácter pioneiro do investimento espanhol em Moçambique, no sector pesqueiro, concretizou-se em frutíferas relações pesqueiras na agenda bilateral, com a assinatura, em Abril de 2007, de um Memorando de Entendimento em matéria de Cooperação Pesqueira e de Aquicultura.

Principais acções previstas no quadro do Plano África 2009-2012:

- No decurso destes anos, avançar-se-á com a assinatura do Acordo para a Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos (APPRI) e do Memorando no domínio da segurança e da ordem pública, bem como com a negociação do Acordo para Evitar a Dupla Tributação e do Memorando de Entendimento Político, que proporcionará um novo quadro para a formalização de um sistema de consultas periódicas bilaterais;



- Moçambique continua a ser um país relevante da Cooperação Espanhola, razão pela qual a AECID incrementará a ajuda programática através de uma contribuição de sete milhões de euros (2009) para o financiamento do orçamento geral do país e dos fundos comuns nos sectores da saúde (3 milhões) e da educação (2 milhões). Além disso, as ONGD continuarão a ser uma importante via de canalização de recursos da AECID, com acções em questões de saúde e de educação, principalmente. A realização da VII Comissão Mista, em 2009, confirmou o carácter prioritário de Moçambique para a Cooperação Espanhola, com a aprovação de um novo Documento de Estratégia País para os próximos anos;

- No âmbito da promoção de intercâmbios comerciais, foi aprovada, em 2007, uma linha de crédito de 5 milhões de euros, destinada à execução de projectos por parte de empresas espanholas. Entre eles, destaca-se o da criação de um Instituto de Biotecnologia Marinha, sistemas de previsão meteorológica, reabilitação de centros emissores de TV e o de cartografia territorial à escala, projectos que serão levados a cabo nos próximos anos;

- Espanha continuará a estar envolvida no processo de consolidação democrática de Moçambique, enviando observadores eleitorais no quadro das missões da União Europeia;

- No âmbito das relações pesqueiras, terão lugar, em frente às costas de Moçambique, as próximas edições da campanha do navio oceanográfico Vizconde de Eza;

- As acções que o Ministério da Igualdade espanhol levará a cabo com o Ministério da Coordenação da Acção Ambiental de Moçambique para a capacitação de mulheres na gestão e conservação de recursos naturais, também serão uma linha de acção bilateral;

- Prosseguir-se-á com uma intensa actividade no plano da cooperação cultural. Será introduzido um capítulo cultural na realização da próxima VII Comissão Mista e fomentada a aprendizagem do espanhol, sendo 2009, o primeiro ano em que serão feitos exames, em Moçambique, para obtenção do diploma de espanhol como língua estrangeira (DELE);

- Após a realização, em Maputo, do II Encontro Internacional: Universidades com África, em Outubro de 2008, pretende-se reforçar a colaboração universitária entre Espanha e África, em geral, e com Moçambique, em particular. Espanha colaborou na organização do I Campus Euro-Africano de Políticas Culturais, em Junho de 2009, também em Maputo.

Os vínculos de amizade e de cooperação que Espanha e São Tomé e Príncipe mantêm remontam há muito tempo atrás, se bem que, nos últimos anos, as relações bilaterais entre ambos os países tenham vindo a passar por uma considerável dinamização.

Em 2007, teve lugar, em São Tomé e Príncipe, a III Comissão Mista de Cooperação, a qual incluía a concretização de acções de apoio à boa governação e à descentralização administrativa, à cobertura de necessidades sociais básicas, ao fortalecimento de sectores produtivos, ao apoio ao sector agrícola e pesqueiro, ao fomento da indústria turística e à protecção do meio ambiente.

No âmbito da melhoria das capacidades institucionais e da formação de funcionários, foram levadas a cabo importantes iniciativas, como a participação de diplomatas do país no Mestrado de Relações Internacionais, organizado pela Escola Diplomática, a formação de pessoal da Direcção-Geral de Pescas, através de seminários promovidos pelo programa NAUTA da AECID e pelo Governo Autónomo da Galiza, ou o reforço da Direcção-Geral do Turismo para facilitar a sua presença em fóruns internacionais de promoção da indústria turística do Arquipélago.

Na área comercial, o Conselho de Ministros aprovou, em Novembro de 2007, a concessão de um crédito para financiar pequenos e médios projectos de interesse nacional que contribuam para o desenvolvimento do país, o qual foi convertido em donativo, em Outubro de 2008. Em Agosto de 2008, o Conselho de Ministros aprovou o refinanciamento de dívidas contraídas por S. Tomé e Príncipe, num montante de 1,36 milhões de dólares, ao abrigo dos acordos alcançados no seio do Clube de Paris, e inserido na iniciativa HIPC.

Principais acções previstas no quadro do Plano África 2009 - 2012:

- Espanha continuará a acompanhar São Tomé e Príncipe nos seus



Escola Portuguesa em Cabo Verde

esforços para alcançar a plena consolidação política e institucional, o desenvolvimento económico e a luta contra a pobreza;

- Serão incentivadas as visitas e encontros de representantes de ambos os países, com vista a aprofundar as relações bilaterais;
- Espanha prevê financiar a construção de uma estrutura de acondicionamento, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos urbanos em vários municípios de São Tomé, assim como facilitar a assistência técnica para melhorar as capacidades de gestão de resíduos urbanos. Contribuirá, igualmente, com assistência técnica e financeira para a instalação de incineradoras de resíduos hospitalares em São Tomé e na ilha do Príncipe;
- Espanha comprometeu-se a apoiar o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo do Governo de São Tomé e Príncipe, através do apoio à Direcção-Geral de Turismo e Hotelaria na elaboração de projectos que permitam o desenvolvimento do turismo sustentável, designadamente no âmbito do ecoturismo;
- No plano comercial, será fomentado o estabelecimento de empresas espanholas interessadas em participar em projectos que contribuam para o desenvolvimento socioeconómico do país;
- Fruto da boa relação existente entre Espanha, São Tomé e Príncipe e Portugal, será proposto o impulso de projectos de cooperação triangular em áreas de interesse comum.

A Embaixada de Portugal em Cabo Verde tem intensificado os contactos para, junto com a sociedade civil, procurar apoiar a abertura de uma Escola Portuguesa na Cidade da Praia. Segundo a Embaixadora de Portugal na capital cabo-verdiana, Graça Guimarães Andresen, a abertura de um estabelecimento de ensino em Cabo Verde tem merecido toda a atenção e apoio da missão diplomática portuguesa, mas apenas no quadro daquela que pode ser a sua intervenção. Nesse sentido, a Embaixada Portuguesa tem ajudado a que surja uma organização da sociedade civil, essencial ao processo e a quem caberá gerir e administrar a escola. Por outro lado, a Embaixada tem promovido iniciativas com vista a sensibilizar e auscultar as autoridades portuguesas e cabo-verdianas com responsabilidades nesta área.

A abertura de uma escola portuguesa em Cabo Verde, onde residem cerca de 10.000 portugueses (embora na sua grande maioria, 90%, sejam cabo-verdianos com dupla nacionalidade), tem sido uma das aspirações da comunidade portuguesa em Cabo Verde, já manifestada também às autoridades locais, que não põem de parte a iniciativa.

Pretende-se criar um estabelecimento de ensino semelhante aos que já existem em outros países africanos de língua oficial portuguesa, nomeadamente em Angola e em Moçambique. As escolas públicas portuguesas no estrangeiro constituem um dos eixos estruturantes da rede de ensino público português, enquanto modalidade especial de educação escolar, e preenchem um dos desígnios estratégicos da promoção da língua e da cultura portuguesas no mundo, sendo de destacar esse papel no conjunto dos países de língua oficial portuguesa. É neste contexto que as Escolas Portuguesas no estrangeiro asseguram a escolarização de filhos de portugueses, de acordo com as orientações e planos curriculares em vigor no sistema educativo português.

A Escola Portuguesa de Moçambique - Centro de Ensino e Língua Portuguesa (EPM-CELP), a qual foi criada, na titularidade do Estado Português, à luz do acordo de cooperação celebrado entre a República Portuguesa e a República de Moçambique pelo Decreto-Lei nº 241/99, de 25 de Junho, complementado pelo Decreto-Lei nº 177/2002, de 31 de Julho², tendo sido dotada de personalidade jurídica e de autonomia cultural, pedagógica, administrativa, financeira e património próprio. Paralelamente, a EPM - CELP tem a responsabilidade da formação de professores no quadro da cooperação com o Estado de Moçambique. Ao papel educativo e formativo associa-se o objectivo de se constituir como centro de recursos pedagógicos e culturais, de forma a apoiar as iniciativas locais de promoção da língua e cultura portuguesas.



² Escola Portuguesa de Moçambique.
<http://www.epmcelp.edu.mz/Historia/decreto-lei-no-120-2004.html>



Em Angola surgiu, à menos tempo, a Escola Portuguesa de Luanda - Centro de Ensino e Língua Portuguesa, a qual foi criada pelo Decreto-Lei nº 183/2006, de 6 de Setembro. Devido ao elevado número de portugueses que se têm instalado em Luanda, a procura tem excedido largamente a capacidade de oferta deste estabelecimento de ensino. A Escola Portuguesa de Luanda tornou-se uma referência da Educação, contando com 1.500 alunos dos primeiro ou décimo segundo anos, com uma qualidade pedagógica enaltecida por todos, é procurada pelos pais portugueses, mas também por muitos angolanos. A enorme procura obrigou a que fossem elaborados planos para o seu alargamento.

Parque Nacional da Gorongosa

Com vista recuperar o estatuto de um dos melhores parques africanos, o governo de Moçambique apoiou a iniciativa da National Geographic de produzir um documentário sobre o Parque Nacional da Gorongosa (PNG). Com estreia para Janeiro nos EUA e em Março no resto do mundo, "Gorongosa National Park África's Lost Eden" teve a sua ante-estreia em Dezembro, em Maputo e em Janeiro em Lisboa, numa cerimónia em que as autoridades moçambicanas e Greg Carr, Presidente da Fundação Carr, que está a gerir o Parque, mediante um acordo com o governo de Moçambique, prometeram que o PNG voltará ao que era antes da guerra civil.

Este documentário, onde surgem 54 ecossistemas distintos e a vida dos diferentes habitantes do Parque em várias épocas do ano, será um instrumento importante para promoção nacional e internacional. O documentário da National Geographic começa no final da época das chuvas (Março/Abril). As filmagens de "Gorongosa National Park África's - Lost Eden" decorreram entre Janeiro de 2008 e Maio de 2009, e lembra que aquele que já foi considerado dos melhores parques de África sofreu uma verdadeira carnificina, durante a guerra civil do país. Recorda, por exemplo, que dos 14.000 mil búfalos restaram 15, que das 13.000 zebras restaram cinco e que dos 500 leões ficaram seis, e mostra a colaboração entre o Kruger Park, da África do Sul, que tem estado a oferecer elefantes, tanto mais que a sua população actual de 13.000 é excessiva.

Segundo Greg Carr, a fauna e flora do PNG têm vindo a recuperar muito bem e desejou que depois da projecção do filme turistas de todo o mundo venham visitar Moçambique, lembrando ainda que a direcção do Parque tem vindo a ajudar as comunidades locais, quer através de emprego e construção de infra-estruturas, quer através de distribuição de parte dos lucros.

José Eduardo dos Santos Reeleito Líder do MPLA

O MPLA realizou em Dezembro de 2009 o seu VI Congresso ordinário, reelegendo como líder José Eduardo dos Santos para um novo mandato de cinco anos. O Congresso reconduziu ainda nos seus cargos de Vice-Presidente, Roberto de Almeida, e no de Secretário-Geral, Julião Mateus Paulo "Dino Matrosse".

O Congresso decorreu em Luanda sob o lema "MPLA - A Certeza de um Futuro Melhor" os trabalhos, os delegados recomendaram a aplicação à direcção do partido dos valores universais da democracia dinâmica, que deve ser compatibilizada com os valores socioculturais e os anseios da população em geral.

Deste Congresso saiu também uma nova definição das referências ideológicas do partido, que se define como nacional, independente e próximo do socialismo democrático. O MPLA toma como seus os valores da justiça social, do humanismo e da liberdade, igualdade e solidariedade.

O partido aprovou novos estatutos e um programa que defende o desenvolvimento sustentável e equilibrado, assente na igualdade de oportunidades e na equitativa distribuição do rendimento nacional, com o objectivo de assegurar uma sociedade justa.

Sem oposição, a recondução do Presidente angolano na liderança do MPLA estava assegurada. No Congresso do MPLA José Eduardo dos Santos discursou sobre a transparência e o combate à corrupção em Angola. O Comité Central do MPLA passou a ter 311 membros em vez dos 281, também eleitos durante o Congresso.

Português em Cátedra Africana

A Universidade Eduardo Mondlane (UEM) apresentou publicamente, no passado dia 9 de Dezembro, primeira cátedra africana de Português, Língua Não Materna. A cátedra está a cargo da Professora Doutora Perpétua Gonçalves, e tem a particularidade de ser a primeira do género em África. Esta iniciativa permite que a UEM se afirme como uma plataforma regional para o fomento da investigação, promoção e ensino da língua portuguesa nesta região do mundo, em particular, e em outros países do Índico e do Pacífico.

Moçambique será um dos celeiros para alimentar a China

A China será um dos grandes beneficiários dos trabalhos que estão a ser desenvolvidos no Centro de Tecnologia Agrícola, o qual abrirá ao longo de 2010 em Moçambique.

Com um investimento previsto de 55 milhões de USD, o primeiro Centro de Pesquisa e Transferência de Tecnologia Agrícola da China em Moçambique está a ser implantado no distrito de Boane, e segundo previsões mais optimistas, irá quintuplicar a produção nacional do arroz, que passará das actuais 100 mil toneladas para 500 mil toneladas por ano. Este investimento chinês, para além de aumentar as capacidades de investigação moçambicanas, é também uma iniciativa da qual a China lucrará.

Com o aumento desta produção, Moçambique poderá suprir o défice nacional do arroz e vai assegurar a entrada de divisas para o país, mas será também uma fonte comercial notável e de grandes lucros para a China e, em última análise, vai ajudar Pequim a satisfazer a procura doméstica de comida, através da compra de alguns produtos.

O Centro de Boane é a materialização de uma promessa deixada em 2007, a quando da visita do Presidente chinês Hu Jintao a Moçambique.

Referendo no Sul do Sudão

O Sul do Sudão tem o caminho aberto para se tornar, num futuro próximo, num país independente. Após duas décadas separados pela guerra civil e uma paz tensa nos últimos quatro anos, o Presidente sudanês, Omar al-Bashir, e o líder da região autónoma do sul, Salva Kiir Mayardit, chegaram a acordo, em Dezembro passado, para realizar um referendo à independência em 2011, um ano após as eleições presidenciais.

Mayardit foi o sucessor do líder histórico do Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA), John Garang. A 30 de Julho de 2005, Mayardit passou a ocupar o lugar de primeiro Vice-Presidente do Sudão. Após a morte de John Garang, Mayardit foi escolhido pela liderança do SPLA para continuar o processo de paz que formalmente colocou fim a segunda guerra civil sudanesa em Janeiro de 2005. Segundo o SPLA, a consulta será vinculativa se o "sim" tiver 50% mais

um voto e a participação ultrapassar uma taxa acima dos 55%. O acordo parece pôr fim a uma crise interna, acentuada com a prisão de vários líderes do Sul que tentavam organizar acções de contestação contra o governo de Cartum.

Porém, este processo promete ser complicado devido às fortes resistências que uma eventual independência do Sul do Sudão desperta no país. Ainda em 2010, em Abril, os sudaneses vão realizar as primeiras eleições multipartidárias em 24 anos. O processo tem sido manchado por acusações de várias partes ao processo de recenseamento devido a alegadas fraudes. O SPLA teme que estas práticas sejam uma preparação para o que possa vir a acontecer no referendo de 2011. Para o SPLA a Comissão Nacional de Eleições tem tido um comportamento claramente tendencioso, permitindo a viciação dos dados dos cadernos eleitorais e de não desenvolver campanhas de esclarecimento nas áreas afectas à SPLA.

As Alterações Climáticas e África

Realizou-se sob os auspícios das Nações Unidas, em Copenhaga, em Dezembro de 2009, a XV Conferência das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (COP15). O interesse que este encontro despertou ficou patente não só pelo envolvimento da sociedade civil de vários países, como também pela presença de 110 Chefes de Estados e de Governo.

O enquadramento à realidade do clima no Globo foi feito pelo Presidente do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), Rajendra Pachauri, o qual indicou que o Quarto Relatório do IPCC, publicado em 2007, deu duas mensagens relevantes: primeiro refere que o aumento da temperatura é inequívoco e agora existem evidências baseadas em observações que mostram o aumento da temperatura global do ar e dos oceanos, degelo dos glaciares e o aumento do nível das águas do mar; e segundo, o qual indica que o aumento observado da temperatura é principalmente atribuído ao aumento das concentrações antropogénicas de gases de efeito estufa.

Pachauri enumerou também os impactos que poderão advir em resultado da falta de consenso em Copenhaga, sendo de destacar o aumento em frequência de ondas de calor; precipitação intensiva e altas temperaturas; aumento de intensidade de ciclones tropicais; redução de disponibilidade de água nas zonas áridas e semi-áridas,



tendo-se referido à região austral de África.

Este encontro foi esperado com grande ansiedade por todos aqueles que defendiam a necessidade dos países reduzirem as emissões de gases de efeito de estufa. Apesar de existirem posições contraditórias, a verdade é que a temperatura do planeta está a subir e as consequências já se fazem sentir. Os objectivos centrais do COP15 eram o de se alcançar um acordo para a redução dos gases estufa, a partir de 2013, e apoiar os países em desenvolvimento a adaptarem-se às alterações climáticas.

O Continente Africano contribuiu, menos do que qualquer outra região, para as emissões de gases de efeito estufa que são amplamente responsáveis pelo aquecimento global. Mas, é o Continente que está mais vulnerável às consequências adversas das alterações climáticas.

Em relação a África, projecta-se que, até 2020, entre 75 e 250 milhões de pessoas estejam expostas à escassez de água, devido às mudanças climáticas. Importa referir que muitos países africanos, cuja agricultura depende do estado do clima, verão a sua produtividade agrícola reduzida em 50%.

A África está muito vulnerável às alterações climáticas. Mais de 40% da população do continente é extremamente pobre e 70% dessa população situa-se em zonas rurais, dependendo grandemente da agricultura para a sua subsistência. As alterações climáticas irão afectar os agricultores desde a região do Sahel até à região montanhosa do Lesoto. A elevação da temperatura pode levar a uma nova epidemia de doenças transmitidas por mosquitos em países como o Quênia e Uganda. As tempestades e as cheias provavelmente irão aumentar, devastando as infra-estruturas vitais e as habitações em Madagáscar, em Moçambique e muitas outras zonas costeiras.

Durante o ano que passou, os países africanos intensificaram esforços para criar uma aliança sobre as alterações climáticas. Nesse sentido, ao longo de 2009 decorreram inúmeras iniciativas em todo o Continente com vista a garantir que as preocupações e as expectativas africanas fossem ouvidas durante a Conferência de Copenhaga.

A posição defendida por África durante a Cimeira de Copenhaga foi a de que as alterações climáticas não são um problema causado por África: de acordo com as estimativas, o Continente contribui só com 3,8% de emissões de gases causadores do efeito estufa a nível mundial. Além disso, não está sendo reconhecido, nem levado em consideração, o potencial da África para ajudar a combater as alterações climáticas.

Por exemplo, graças à cobertura florestal e à rica superfície do solo encontradas em muitos países africanos, o continente representa um grande reservatório de carbono. As florestas africanas retiram 20% do carbono que é absorvido pelas árvores em todo o mundo. O seu solo retém uma grande parte do carbono do planeta produzido pela agricultura.

Esta questão de eliminação do carbono é essencial para o futuro do planeta, uma vez que a temperatura global não deve subir mais que dois graus Celsius por comparação aos níveis pré-industriais. O mundo não será capaz de atingir esses objectivos sem diminuir a emissão da utilização da terra e alavancar a capacidade inexplorada dos ecossistemas para a reserva do carbono. A África desempenha aqui um papel central nesse processo.

A possibilidade de se alcançar um acordo sobre as alterações climáticas que substituísse o Protocolo de Quioto em 2012, podia resultar em importantes financiamentos adicionais para os países em vias de desenvolvimento. Estes fundos podiam representar uma primeira fonte de financiamento para o desenvolvimento do Continente. O controlo das alterações climáticas oferecia, assim, várias oportunidades de ganhos mútuos para os países africanos no sentido de diminuir os efeitos adversos das alterações climáticas e de tratar de alguns dos seus problemas de desenvolvimento mais profundamente enraizados como o acesso à energia, à segurança alimentar e à prevenção de crises e de conflitos.

Quando as negociações se iniciaram, o Grupo Africano tinha divulgado números em linha com a posição adoptada na conferência preparatória de Barcelona, realizada em Novembro de 2009. África exigia, através do Presidente do G77, o sudanês Lumumba Di-Aping, 5% do PIB anual das nações industrializadas, devido à sua dívida histórica e à continuação de condições adversas que as alterações climáticas têm sobre o Continente.

A falta de consenso em Copenhaga acabou por prejudicar a posição dos países africanos, uma vez que a degradação do clima continuar, e estes serão os mais prejudicados, sem ter meios para combater as suas consequências. De acordo com dados do Banco Mundial, o consumo per capita anual africano poderá diminuir entre 4 a 5% devido às consequências adversas das alterações climáticas. Em 2030, cerca de mais de 90 milhões de pessoas em África estarão sujeitas a contrair malária devido ao aquecimento que favorecerão a proliferarão de mosquitos portadores desta doença.



Novo Governo Moçambicano

O candidato da FRELIMO, Armando Guebuza, reeleito para o cargo de Presidente da República de Moçambique nas eleições de 28 de Outubro, tomou posse a 12 de Janeiro. Deste modo, Armando Guebuza assumiu o poder para um novo mandato dois dias depois dos deputados do Parlamento terem sido empossados.

Guebuza tomou posse após a Conselho Constitucional ter confirmado oficialmente a vitória do candidato da FRELIMO, nas quartas eleições gerais moçambicanas, com 75% dos votos, seguido de Afonso Dhlakama, líder da RENAMO, que obteve 16%, e Daviz Simango, presidente do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), com 8,5%.

Para este novo mandato, o Presidente Guebuza tem vários desafios a enfrentar. O principal é o de continuar a combater a pobreza que ainda afecta cerca de metade dos 21 milhões de moçambicanos. Para combater a pobreza, as autoridades moçambicanas apontam o regresso do país ao crescimento económico acima dos dois dígitos como necessidade urgente, depois de nos últimos dois anos a economia ter crescido abaixo dos 10%, devido à crise económica internacional, mas também a factores internos desfavoráveis, como as calamidades naturais.

Outro desafio é a criação de mecanismos eficazes de combate à corrupção, que, apesar dos esforços, continua a minar a sociedade moçambicana. De acordo com o último relatório da Transparência Internacional, Moçambique piorou a sua posição passando de 93.^a para 130.^a posição no índice desta organização. De acordo com a avaliação da Freedom House, organização de defesa dos Direitos Humanos, Moçambique foi despromovido da lista das democracias eleitorais, passando a ocupar o 126º lugar numa lista dos 180 países mais corruptos do mundo. De acordo com aquela avaliação, devido aos desenvolvimentos políticos, este país caiu na classificação por causa das significativas irregularidades e devido à falta de transparência no processo de registo de candidatos e na contagem dos votos nas eleições presidenciais, legislativas e provinciais.

A recuperação da confiança com o grupo dos países que mais ajuda prestam a Moçambique, que têm sido contundentes na avaliação do processo democrático moçambicano, será igualmente uma das prioridades do próximo mandato de Armando Guebuza no seu discurso de tomada de posse.

Também a promessa do reforço da soberania, reiterada por Armando Guebuza no seu discurso em finais do ano passado, inscreve-se no objectivo de diminuir a dependência em relação à comunidade doadora. O objectivo moçambicano é o de reduzir a dependência orçamental do país, dos actuais 52 para 45%.

Nas áreas sociais o novo Governo tem a tarefa de estancar os índices de contaminação do HIV/SIDA, cerca de 16% da população está infectada, construir mais escolas, hospitais, bem como alargar as redes de abastecimento de água e de energia.

Em relação ao novo Parlamento a sua composição é a seguinte: FRELIMO, 191 deputados, RENAMO, 51, e MDM, oito. Na cerimónia de tomada de posse dos novos 250 deputados, apenas 16, dos 56 deputados eleitos pela RENAMO, estiveram presentes. Este boicote deveu-se ao facto da RENAMO não ter reconhecido oficialmente os resultados das eleições e continuar a acusar a FRELIMO de fraude eleitoral. O facto de 16 deputados da RENAMO não terem obedecido ao seu líder e se terem apresentado em Maputo, indicia que poderemos estar perante mais uma dissidência no seio do principal partido da oposição. Esta dissidência é ainda mais provável depois da direcção da RENAMO, que agora se encontra sediada na cidade de Nampula, ter afirmado que os 16 deputados que tomaram posse, assim como outros que o façam à revelia da direcção do partido, serão alvo de duras sanções previstas no capítulo disciplinar do regulamento interno da RENAMO.

Para além do momento político que constitui a tomada de posse do novo Parlamento, a ocasião deverá também ficar na história parlamentar de Moçambique com a indicação, pela primeira vez, de uma mulher para presidir a Assembleia da República. Trata-se de Verónica Macamo Ndlovu, de 53 anos, representante da FRELIMO e até aqui vice-presidente daquele órgão. Verónica Macamo substitui Eduardo Mulémbwé, o qual foi Presidente da Assembleia da República durante 15 anos.

Para a nova líder da Assembleia da República, as suas prioridades são a elevação da capacidade dos deputados para a produção legislativa; o acompanhamento da implementação dos principais instrumentos de governação do país, nomeadamente o plano quinquenal e os planos económicos e sociais e os respectivos orçamentos; a intensificação

dos contactos entre os deputados e os cidadãos; e a necessidade contínua de profissionalização do Secretariado-Geral da Assembleia da República.

Nas eleições gerais de 28 de Outubro participaram aproximadamente 4 dos 10 milhões de eleitores inscritos, metade do universo dos habitantes moçambicanos, estimado em 21 milhões. O nível de abstenção fixou-se nos 56%.

O novo executivo nomeado por Armando Guebuza, passa a ser chefiado pelo antigo Ministro da Educação e Cultura, Aires Ali. O executivo é constituído por 28 Ministérios e 23 Vice-Ministros e apresenta algumas novidades relativas ao último governo chefiado por Luísa Diogo. O Chefe do Estado determinou a extinção de quatro ministérios do anterior Executivo e a criação de cinco novos órgãos governamentais. Trata-se dos ministérios da Educação e Cultura, que se ramificou, respectivamente, nos Ministérios da Educação e da Cultura, e dos Assuntos dos Antigos Combatentes, que somente passa a designar-se Ministério dos Combatentes. Ainda neste âmbito, no lugar dos Ministérios na Presidência para os Assuntos Diplomáticos e na Presidência para os Assuntos Parlamentares, o Presidente da República criou os cargos de Ministro na Presidência para os Assuntos Sociais e de Ministro na Presidência para os Assuntos Parlamentares, Autárquicos e das Assembleias Provinciais.

Na mesma ocasião, o Chefe do Estado nomeou os 11 governadores provinciais. Nas eleições para as Assembleias Provinciais, as primeiras realizadas em Moçambique, a FRELIMO obteve 704 mandatos, enquanto a RENAMO conquistou 83 assentos, o MDM 24 lugares, e um assento do Partido para a Paz e Desenvolvimento (PDD), de Raúl Domingos, ex-número dois da RENAMO, expulso do partido em 2000.

União Africana Prolonga Missão na Somália

A União Africana decidiu prolongar, por mais seis meses, o mandato da sua missão de paz na Somália, cuja força (AMISOM) inclui mais de 5 mil soldados, divididos por seis batalhões, oriundos do Uganda e do Burundi.

A AMISOM foi criada pela Conselho de Paz e Segurança da União Africana e do Conselho de Segurança da ONU em 19 de Janeiro de 2007, com um mandato inicial de seis meses. O mandato da AMISOM tem sido sucessivamente renovado quer pela União Africana quer pela ONU. A situação de grande instabilidade que se vive na Somália, cujo governo central não tem sido capaz de assumir o controlo do país. Das costas da Somália partem os piratas que têm sido responsáveis pelos ataques contra os navios que passam na zona do Golfo de Áden até à zona das Ilhas Seychelles.

O mandato da AMISOM visa apoiar a transição das estruturas governamentais, implementar um plano nacional de segurança, treinar as forças de segurança da Somália, e ajudar a criar um ambiente seguro para a entrega de ajuda humanitária.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150 - 706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax: 22 532 03 11
E-mail: geral@portugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsável pela edição

J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutengráfica

Depósito Legal: 223325/05